

A SEGURANÇA ENERGÉTICA BRASILEIRA EM ANÁLISE: DIMENSÕES MILITARES, ECONÔMICAS E AMBIENTAIS

Iure Paiva (UFPB)¹

Resumo: A partir de uma concepção não tradicional de segurança, o presente trabalho visa expor a multidimensionalidade da segurança energética brasileira. O objetivo precípua do texto é demonstrar que a conformação da segurança energética do Brasil no âmbito internacional não possui unicamente um caráter militar, característico do modelo analítico tradicional dos estudos sobre segurança. Nesse sentido, evidencia-se que a segurança energética brasileira na esfera internacional é conformada também segundo aspectos que consideram a oportunidade de confrontar questões de ordem econômica e ambiental, de modo a responder a demandas inerentes ao projeto de desenvolvimento nacional e inserção externa do Brasil, adequado a construir a legitimidade de suas ações e consolidação de um cenário de apoio político para concretização da ordem energética internacional, segundo seus objetivos.

Palavras-chave: Relação entre segurança e energia; Segurança energética do Brasil; Dimensões militares, econômicas e ambientais.

1. INTRODUÇÃO: RELAÇÃO ENTRE SEGURANÇA E ENERGIA

É notório o ceticismo e a dificuldade que ainda persistem atualmente em conceber a energia como um problema de segurança, seja por representar um tema complicado para o campo teórico dos estudos sobre segurança ou pela dificuldade que existe na própria conceituação da segurança energética. Por outro lado, tal postura termina por afetar a conformação das políticas energéticas em concreto, e traz igualmente à tona a forma como diferentes atores compreendem a segurança.

Ao menos dois aspectos, segundo Felix Ciută (2010, p. 124-5), conformam a relação entre energia e segurança, cada uma delas fazendo emergir questões importantes. Em primeiro lugar, é necessário destacar o fato de que a energia é algo especial e complexo, o que acaba lhe imprimindo o caráter de temática de amplitude total: nada existe que não seja por meio da energia, ou não seja afetado pela energia. Em razão deste caráter total da energia, a segurança energética teria o potencial de influenciar a concepção sobre segurança em diversos aspectos, deixando a segurança de

¹ Professor Assistente do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorando em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). iurepaiva@hotmail.com.

ser um domínio de significado e prática limitados, e tornando-se ainda uma questão politicamente corriqueira. Em segundo lugar, é preciso ressaltar que a segurança energética pode evidenciar diferentes conotações conforme esteja inserida em contextos distintos, pois seja como matéria política ou como objeto de análise, a relação entre energia e segurança nem sempre haverá de ser uniforme. Deste modo, a proliferação de conceitos sobre segurança energética, fomentada por diferentes atores, permitiria assim afirmar que a segurança pode ser percebida como categoria que tende a possuir diversas concepções teóricas e práticas².

De acordo com os aspectos ora expostos, uma característica fundamental da relação entre energia e segurança estaria no fato de ser uma temática que promove o debate sobre a ampliação e aprofundamento do significado da segurança (tanto no campo conceitual como prático), que admite a multiplicidade de perspectivas, variando e sendo constituídas segundo diferentes contextos e atores, todos podendo perfeitamente coexistir e mutuamente se influenciar. A energia, para além da ampliação e do aprofundamento dos parâmetros sobre como entender a segurança, na verdade modifica a forma como esse termo deve ser concebido, já que lhe impõe um novo significado e subverte as formas anteriores de análise e ação nessa esfera, submetendo-o antes de tudo à aferição segundo o contexto no qual se insere e os atores que estão lidando com a temática.

Nos termos expostos acima, a relação entre energia e segurança se insere naquilo que segundo Krause & Williams (1996, p. 229-30) norteia o debate sobre o “novo pensamento sobre segurança”, que é a ideia de *ampliação* e *aprofundamento* dos parâmetros que norteiam a concepção de segurança. A *ampliação* das potenciais formas de ameaças consiste em incluir novas temáticas no campo da segurança como questões econômicas, ambientais, de direitos humanos e a migração. Já o *aprofundamento* da agenda dos estudos sobre segurança significa considerar como sujeito da segurança (o que dever ser protegido) não somente o Estado, mas também os seres humanos, o meio ambiente, as sociedades e a ordem internacional (regional ou global). Nesse sentido, Helga Haftendorn (1991, p. 12) ressalta que um novo paradigma da segurança deveria atender algumas demandas específicas, entre elas, a necessidade de conformá-la de

² Um terceiro aspecto destacado pelo referido autor ressalta ainda que se faz necessário enfatizar que a difusão irrestrita do conceito de segurança energética também pode gerar certo ceticismo quanto à utilidade e ao alcance do termo, pois se tomado de modo inadvertido e imponderado pode resultar na banalização da segurança. Nesses termos, a energia poderia fazer com que a segurança venha a se tornar um conceito vazio, já que seus significados, objetos e sujeitos seriam amplamente diversificados a ponto de ser considerado trivial, sem valor ou significado específico (Ciută, 2010, p. 125).

acordo com uma perspectiva multifocal, ou seja, que não se limita a uma única área temática ou apenas a um nível de análise. É justamente nesse sentido que se entende a relação entre energia e segurança neste texto, tanto do ponto de vista analítico-normativo como da ação prática.

O ponto de vista ora defendido desafia os estudos tradicionais sobre segurança (Walt, 1991; Waltz, 2000), já que se essa última corrente oferece uma visão limitada e fixa sobre segurança, que não consegue captar os efeitos que a interação entre segurança e energia impõe um ao outro. A visão tradicional está relacionada a concepções sobre segurança defendidas por neorrealistas como Stephen Walt (1991, p. 212) que definem os estudos sobre segurança como “[...] *o estudo sobre a ameaça, o uso e o controle da força militar* [...] [ou seja] sobre as condições que tornam o uso da força mais provável, as formas que o uso da força afeta os indivíduos, os Estados e as sociedades, e as políticas específicas que os Estados adotam a fim de se preparar, evitar ou se envolver na guerra”.

Conforme esclarecem Krause & Williams (1996, p. 230), do ponto de vista dos adeptos dessa perspectiva, as reivindicações no sentido de ampliar os estudos sobre segurança, ainda que possam representar algo atraente e busquem alcançar fins louváveis, são concebidas por seus defensores como algo que tornaria esse campo de estudo intelectualmente incoerente e praticamente irrelevante, já que subverteriam os preceitos supracitados. Do ponto de vista de Krause & Williams (1996, p. 233) “Esta concepção racional-instrumental da ação humana e do Estado tem consistentemente criado dificuldades nos estudos sobre a segurança e as relações internacionais em geral”.

Os estudos sobre a segurança energética, assim como as políticas de segurança energética, são em muitos casos conformadas segundo o viés tradicionalista de segurança centrado no militarismo, no uso da força e na busca pelo poder. A realidade demonstra, todavia, que, dado o caráter “total” da energia, seria um contrassenso ignorar as outras formas que tomam a política de segurança energética. Ante a multiplicidade e ambiguidade de perspectivas sobre a segurança energética, do ponto de vista de Felix Ciutã (2010, p. 129) torna-se evidente que é inviável e sem sentido exigir que os formuladores de política adotem um conceito que possa ser considerado essencialmente “correto”. O que se verifica em concreto é que os formuladores de política costumam utilizar certos modelos conceituais sobre segurança energética derivadas frequentemente do vocabulário acadêmico, o que denota que a seleção de determinada concepção por

parte desses atores está baseada muito mais numa escolha normativa do que numa opção por certo viés analítico. A tarefa que se impõe, portanto, consiste em distinguir os diferentes conceitos e lógicas sobre segurança energética, e suas potenciais consequências políticas e normativas.

Nesse sentido, Félix Ciutã (2010) destaca dois importantes vieses que norteiam as abordagens sobre segurança energética: (1) a lógica de guerra ou da sobrevivência e a (2) a lógica da subsistência.

A lógica de guerra, segundo Felix Ciutã (2010, p. 129), deriva do “[...] argumento de que a energia é uma questão de segurança porque é tanto a causa como um instrumento de guerra ou conflito”. Há, portanto, duas diferentes vertentes nessa lógica sobre a segurança energética: a energia pode ser considerada como instrumento de guerra (*energy weapon*) ou como a causa de conflitos (*cause of conflicts*).

No primeiro caso, a energia é concebida como um meio que os Estados utilizam em suas disputas, de modo a tentar influenciar outros atores a agirem segundo seus interesses, geralmente com fundamento na dependência relacionada à oferta ou demanda por energia. A Rússia, por exemplo, utiliza a sua condição de principal fornecedor energético para a União Europeia como forma de influenciar a política externa e econômica desse bloco (Ratner et al, 2012; Correlje & Linde, 2006). Da mesma forma que a Arábia Saudita explora a dependência energética dos Estados Unidos em relação aos seus recursos energéticos, para impelir este país a ser seu importante aliado contra ameaças no contexto regional em que aquele país se encontra (Nerlich, 2008; Morse & Richard, 2002). O mesmo também se pode dizer quanto à relação que tem si constituído há algum tempo com base na questão energética entre a China e o Sudão, que possivelmente influenciou aquele país asiático a não apoiar, por exemplo, iniciativas do Conselho de Segurança da ONU contra o governo sudanês em razão dos conflitos internos que vitimaram inúmeras pessoas (Large, 2009; Alden et al, 2008).

No segundo caso, a energia seria a razão principal ou o elemento propulsor do surgimento de conflitos interestatais ou intraestatais. A energia como condição primária da guerra está comumente relacionada à disputa direta pela posse, acesso ou controle de recursos (Klare, 2009), e seu enquadramento como elemento secundário refere-se às situações em que a escassez de energia gera condições socioeconômicas, políticas ou ambientais que acabam incitando o conflito (Brauch et al, 2011). Vale resaltar que os conflitos podem acontecer tanto em razão da escassez malthusianas (Dalby, 2004, 2000;

Gleditsch, 1998) como pela abundância de recursos (McDonald, 2007; Braithwaite, 2006).

A principal consequência dessa lógica da sobrevivência, ressalta Felix Ciută (2010, p. 129-30), consiste em desconsiderar como questão de segurança tudo aquilo que não está relacionado à guerra, ignorando as características distintivas da temática energética mencionadas anteriormente, que envolve a diversificação segundo diferentes contextos e atores. O vocabulário corrente da segurança energética acaba tendo um léxico próprio, constituído por termos como armas, ataque, medo, ameaça, dominação, superpotências, vítimas e perdedores – fator que termina influenciando a determinação do significado da energia e da segurança. Além disso, a lógica da segurança baseada na guerra hierarquiza outras importantes dimensões constitutivas da segurança energética como crescimento, sustentabilidade e proteção do meio ambiente a uma concepção estruturada na militarização da questão, privilegiando a guerra e o uso da força em detrimento de outros vieses.

A lógica da subsistência, conforme ensina Felix Ciută (2010, p. 131-132), é uma alternativa à lógica da guerra, e está fundamentada em dois princípios basilares que consistem no fato da energia ser um elemento que todos necessitam e de ser uma questão que possui diferentes significados para diferentes atores. Na visão de Felix Ciută, o fator essencial que diferenciaria as duas perspectivas, é que a lógica da subsistência passa a ser caracterizada como um objetivo de política pública, num contexto em que a necessidade de energia não seria impulsionada propriamente pelo imperativo da sobrevivência, mas pelas exigências dos diversos setores da atividade humana (social, estatal, militar e econômico), o que significa que a sua ausência não leva à extinção, mas a distúrbios no funcionamento natural de algo que possui utilidade.

O entendimento de J. Bielecki (2002, p. 235-6) está consolidado no mesmo sentido de considerar a segurança energética como um dos principais objetivos das políticas públicas nacionais, a qual é tão relevante a ponto de coexistir no mesmo nível e muitas vezes competindo com outras metas fundamentais como o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental, sendo assim um elemento indispensável para o normal funcionamento de qualquer sociedade moderna. Conforme a lógica de subsistência ora exposta, Bielecki (2002, p. 237) defende igualmente que o conceito de segurança energética pode ter diferentes dimensões que vão desde a política e militar à técnica e econômica, destacando, por exemplo, que para os economistas as preocupações são principalmente com os impactos macroeconômicos decorrentes da

elevação dos preços da energia e com os perigos das perdas econômicas em razão das possíveis falhas no fornecimento de energia.

A lógica da subsistência, segundo Felix Ciută (2010, p. 132), possui ainda duas características-chave: a segregação e a multiplicação. O primeiro deles evidencia que o domínio da segurança energética é disperso e segregado, compondo-se de modo diversificado em torno de diferentes questões, modelos políticos, áreas de atividade ou contextos geográficos. A segregação da energia seria particularmente visível em três aspectos: (1) tipo de recurso energético – nuclear, eólica, biocombustível, fóssil etc.; (2) tipo de setor de atividade – extração, transporte ou distribuição etc.; (3) tipo de atores – produtores, distribuidores, consumidores, compradores, vendedores etc.

Desse modo, é nítido e inquestionável que as políticas de segurança energética também serão marcadas pela segregação e especialização, as quais podem estar focadas em inúmeras questões como: a segurança do fornecimento energético (como ocorre no contexto do gás boliviano que abastece o mercado brasileiro), na segurança da demanda (como se verifica no contexto dos países do G8 e seus níveis de consumo de energia fóssil), na segurança da infraestrutura energética (como se constata nos inúmeros dutos que a China mantém ou está construindo a partir da Ásia Central pra abastecer seu mercado), na segurança energética com foco no meio-ambiente (como se afere em algumas instâncias da ONU que há tempos discutem as relações entre mudanças climáticas e uso de combustíveis fósseis).

A segregação e especialização aludidas pela lógica da sobrevivência se inserem ainda nas discussões sobre o “aprofundamento” do conceito de segurança, evidenciando quanto os estudiosos e formuladores de política há muito tempo concebem unicamente o Estado como sujeito (o que dever ser protegido) e agente de segurança (o que fornece segurança). Os estudos críticos sobre segurança tomam essa questão como central, exigindo que análises e práticas superem as limitações do discurso focado neste aspecto específico da segurança. Diante disso, a segurança energética não deve ser reconhecida somente como um problema referente à segurança dos Estados, mas também à segurança de outros agregados humanos (família e indivíduos), regiões geográficas (regionais, estaduais e municipais), interesses sociais variados (língua, cultura, associação, identidade e costumes religiosos e nacionais). Neste sentido, a segurança energética não terá mais como enfoque exclusivamente o fornecimento adequado e confiável de combustíveis, mas também outras necessidades como crescimento

econômico e redução da pobreza, aliando tanto o aspecto da sustentabilidade como do desenvolvimento na sua conformação (Brauch, 2011; Shinoda, 2004; Bilgin, 2002).

A segunda característica-chave da lógica da subsistência exaltada por Felix Ciută (2010, p. 132-3) refere-se à multiplicação dos atores envolvidos na segurança energética, o que conseqüentemente provoca a ampliação dos atores securitizadores, objetos referenciais, formuladores de política e esferas regulatórias. Contudo, afirma que o Estado permanece como principal ator na esfera da segurança energética, principalmente no âmbito das iniciativas regulatórias, mas que não pode ser considerado o único. Por outro lado, como destaca Felix Ciută (2010, p. 133), a presença de vários atores com diferentes interesses implica igualmente no aumento das disputas entre os distintos vieses existentes na política de segurança energética, ressaltando que isso não significa que a natureza dos atores resulte obrigatoriamente em determinadas preferências políticas. A discussão nesse plano faz emergir portanto o embate que existe entre atores socioeconômicos e políticos de natureza e capacidade distintas, os quais tendem a apresentar demandas que são mais próximas de suas realidades cotidianas ou de seus interesses específicos.

Nesse mesmo sentido, Felix Ciută (2010, p. 133) salienta ainda que a relação hierárquica entre as três dimensões da energia (crescimento, sustentabilidade e proteção ambiental) também é continuamente hierarquizada, demonstrando assim serem perfeitamente naturais as mutações contextuais na lógica da subsistência. A segurança energética, portanto, não seria uniformemente estruturada na lógica de subsistência, pois os diferentes atores envolvidos investem em graus variados em temas políticos, econômicos ou ambientais para alcançar a segurança energética, agregando para tanto diferentes instrumentos políticos, inclusive aqueles militares, que, em certo momento, podem representar a opção mais adequada ou a única à disposição. No plano governamental é notória a disputa de poder e influência interministerial sobre o tratamento da segurança energética, num jogo que envolve o estabelecimento da agenda tanto em termo de interesses e objetivos, como também das medidas e ações a serem consideradas na solução de determinada questão. Assim sendo, os Ministérios ligados à defesa desejam que a questão energética implique na priorização de esforços voltados, por exemplo, à capacidade de resposta em caso de ataque às fontes produtoras de energia interna e externamente. Do mesmo modo que, o Ministério ligado à área de negócios estabelecerá como prioridade, por exemplo, a construção de oportunidades de ampliação dos investimentos externos que geram crescimento interno. Já o Ministério

voltado às causas ambientais buscará, por exemplo, que a pauta de ações estatais atenha-se à sustentabilidade e a proteção ambiental.

De acordo com Felix Ciută (2010, p. 134) é igualmente necessário enfatizar que seria incorreto incluir a lógica da subsistência na abordagem neoclássica setorial da segurança, o que implicaria, por exemplo, em reduzir as dimensões constitutivas da energia (crescimento, sustentabilidade e meio-ambiente) aos setores político-militar, econômico e ambiental. A lógica da subsistência não pode ser igualmente compreendida como uma perspectiva setorial da segurança energética, tal qual proposta por Buzan, Wæver & de Wilde (1998), pois é diferente desta, e não está baseada no princípio da sobrevivência e não significa a ausência de ameaças. Na verdade, ressalta o autor, a lógica de subsistência consiste em entender que as políticas de segurança energética são um tipo não específico ou determinado de política de segurança, pois se o problema da segurança energética for uma questão de falha do mercado a solução seria a aplicação de políticas destinadas a melhorar a funcionalidade do mercado; da mesma forma que se o problema fosse ataques terroristas contra infraestruturas energéticas, a política de segurança energética referir-se-ia ao terrorismo.

Com base no referencial teórico-analítico ora exposto, que foge de uma visão tradicional sobre concepções e práticas no domínio da segurança, o que se apresenta nas páginas seguintes são a identificação e análise de algumas circunstâncias que envolvem a dimensão militar, econômica e ambiental da segurança energética brasileira.

2. A DIMENSÃO MILITAR DA SEGURANÇA ENERGÉTICA BRASILEIRA

De acordo com Barrachina & Rial (2006, p. 150-156) **as atividades relacionadas à defesa e seus objetivos podem ser caracterizadas como de *exercício da soberania e projeção da soberania***. O *exercício da soberania* refere-se precipuamente à defesa do território nacional de um inimigo externo através da efetiva ou potencial utilização da força, percepção relacionada à concepção tradicional de preservação da soberania interna e externa. Nesse caso, o conceito de “segurança nacional” é comumente empregado para justificar esse objetivo de defesa, concebido assim como um dos deveres básicos que um governo legítimo deve prover aos seus cidadãos. A *projeção da soberania*, por outro lado, refere-se eminentemente às ações que um determinado Estado realiza além de suas fronteiras na defesa de seus interesses, as quais estão

relacionadas a necessidades vitais para a sua sobrevivência imediata. Nesse caso, as iniciativas militares podem ser desenvolvidas numa perspectiva realista – relacionadas à preservação de interesses econômicos ou à estabilidade regional – ou numa perspectiva idealista – voltada à proteção de valores como o direito internacional ou interesses humanitários.

A propósito da **dimensão militar da segurança energética brasileira** cabe esclarecer inicialmente que esta compreende ações no campo do *exercício da soberania* sobre suas reservas e infraestrutura de energia, cujo objetivo primordial é a sua vigilância, controle e defesa. A *projeção da soberania*, seja na perspectiva realista como na idealista, não faz propriamente parte da agenda de defesa do Brasil na esfera da segurança energética, pois, diferentemente de outros países, a sua atuação não é caracterizada, por exemplo, por medidas que impliquem no deslocamento de efetivos militares (humano ou material) voltados a garantir o acesso ou a proteção a países fornecedores de energia, ou a manter a estabilidade em áreas produtoras mundo afora. **Isso não significa que o governo brasileiro não opere externamente buscando tutelar os interesses nacionais na ordem energética internacional, mas que suas iniciativas nesse sentido são caracterizadas fundamentalmente pela utilização das vias diplomáticas pacíficas, e não na possibilidade do uso da força para alcançar seus objetivos em outras regiões do planeta relacionadas à energia.**

É importante ressaltar que, no texto que estabelece a **Política de Defesa Nacional**, menciona-se explicitamente a possibilidade de intensificação de disputas sobre fontes de energia e outros recursos naturais escassos, os quais podem tornar-se objeto de interesse internacional e impelir a iniciativas voltadas à ingerência em assuntos internos de outros países, o que pode resultar em situações de conflito. Diante dessa realidade, a Política de Defesa Nacional **orienta objetivamente que o planejamento da defesa nacional deve incluir todas as regiões do território brasileiro**, mas instrui que deve ser dada atenção particular às áreas vitais **onde se encontra maior concentração de poder político e econômico, priorizando ainda o Atlântico Sul e a Amazônia**, em razão da abundância de recursos e vulnerabilidade de acesso tanto pelas fronteiras terrestres como marítimas. Não obstante outras zonas territoriais de interesse, no presente trabalho a abordagem sobre **a dimensão militar da segurança energética brasileira será centrada apenas na vigilância, controle e defesa do Atlântico Sul, dada a relevância estratégica que envolve a referida área.**

O Atlântico Sul, segundo a Política de Defesa Nacional, é considerada uma área de importância vital e estratégica, representando um espaço sobre controle brasileiro, que possui atualmente **cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados**, e sobre o qual exerce ainda o direito de jurisdição em relação aos recursos econômicos que se encontram nessa faixa territorial. Essa extensão do território brasileiro, **devido à vasta dimensão e à riqueza naturais ali existentes, costuma ser particularmente denominada de "Amazônia Azul"**. A sua relevância do ponto de vista da segurança energética, entre outras razões, **se justifica pelo fato de ser no ano de 2010 o local de onde foram produzidos mais de 90% do petróleo e aproximadamente 65% do gás no território brasileiro (ANP, 2012, p. 82-84) – fontes de energia consideradas imperativas para o desenvolvimento do país**. O anúncio da descoberta de grandes reservas de petróleo e gás nas **bacias do Espírito Santo, de Campos e Santos, no ano de 2007, numa área chamada Pré-Sal**, a região oceânica sob o controle brasileiro passou a ter uma relevância ainda maior. Conforme ressalta Carlos Wellington de Almeida (2010, p. 231), **“Em termos da política de defesa atual, demandas novas dizem respeito à necessidade de defesa naval a partir da descoberta de petróleo pela Petrobrás na região do pré-sal”**. Casos as previsões sejam confirmadas, **o Brasil passará a figurar entre os maiores produtores do mundo de hidrocarbonetos, o que certamente elevará a importância geopolítica do Atlântico Sul no contexto mundial** (Vaz, 2010; Metri, 2009; Bandeira, 2008).

A discussão sobre segurança energética no contexto militar ou da defesa está assim intimamente relacionada à questão geopolítica. Nas palavras de Darc Costa (2009, p. 6-7), um dos determinantes centrais no jogo de poder e riqueza no âmbito das relações internacionais é a energia, sendo de importância capital nesse tabuleiro o controle de suas fontes. Diante dessa necessidade de domínio físico dos espaços onde se encontram as fontes de energia, a geopolítica, entendida como a ação política relacionada a aspectos geográficos, torna-se assim um fator relevante na conformação da segurança energética. Conforme esclarece Darc Costa (2009, p. 6-7) “[a] geopolítica, a política aplicada sobre os espaços, tem na variável energética uma componente central na sua formulação. O excedente de poder gerado pelo domínio do espaço geográfico [...] tem na capacidade de geração de energia um elemento fundamental”. De tal modo, **a proteção militar deveria incluir ações relacionadas, por exemplo, à defesa de estruturas essenciais como as bases de extração de recurso naturais e espaços específicos como as rotas marítimas, bem como os meios de transporte no território oceânico brasileiro,**

sejam as embarcações ou os dutos através dos quais são escoados os combustíveis fósseis.

Segundo o Contra-Almirante Luiz Henrique Carolli (2010, p. 124), algumas análises sobre a geopolítica estadunidense contribuem para a aceitação da tese de que as descobertas das reservas de recursos energéticos em águas brasileiras e o aumento da atuação do Poder Naval do Brasil no Atlântico Sul, foram relevantes para a decisão de reativar a 4ª Frota da Marinha dos EUA, cuja tarefa é manter a segurança marítima e monitorar as operações navais nas Américas Central e do Sul. Esse evento demonstraria claramente o aumento da relevância geopolítica da região, o que demanda uma posição de alerta por parte do Brasil, conforme esclarece o Contra-Almirante Luiz Henrique Carolli (2010, p. 124):

Desse modo, observa-se uma mudança de postura dos EUA em relação ao Atlântico Sul, com a possível intenção de conter a influência brasileira na região. A presença da Marinha Norte-Americana (USN) pode ser vista sob o enfoque cooperativo. Contudo, independente da possibilidade de ocorrerem disputas e questionamentos a respeito da soberania brasileira sobre esses recursos energéticos, a Marinha do Brasil precisa ser capaz de controlar as águas jurisdicionais, a fim de defender o patrimônio nacional e contribuir para a dissuasão estratégica.

A segurança energética brasileira no domínio de assuntos relacionados na esfera da defesa, portanto, apresenta atualmente como questão fundamental a construção das condições necessárias para que o país disponha de meios apropriados para exercer a defesa, controle e vigilância das águas jurisdicionais brasileiras, com o intuito de proteger as suas reservas de petróleo e gás. Em razão disto, conforme ressalta Carlos Wellington de Almeida (2010, p. 232), as discussões recentes sobre a descoberta de petróleo na região oceânica do pré-sal surgem como uma importante *opportunity window* para o reforço da Marinha do Brasil. Nesse sentido, a Política de Defesa Nacional estabelece a necessidade de aperfeiçoar a vigilância, o controle e a defesa das águas jurisdicionais brasileiras, assim como o imperativo de possuir os meios para executar essas atribuições e a segurança das linhas de comunicações marítimas.

A Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, detalha de modo mais específico como devem ser desenvolvidas as ações visando exercer a vigilância e a defesa das águas jurisdicionais brasileiras. De acordo com a Estratégia Nacional de Defesa, o papel principal na defesa desse espaço ficará a cargo da Marinha do Brasil, cuja prioridade será de garantir os meios para negar

o uso das águas sob o controle nacional a qualquer concentração de forças inimigas que venham a se aproximar do Brasil por via marítima. A negação do uso do mar ao inimigo é considerada o ponto de referência para a organização da estratégia de defesa marítima do Brasil, que repercutirá inclusive nos planos de reconfiguração das forças navais. A Estratégia Nacional de Defesa confirma de maneira peremptória que deve ter como um dos seus focos a defesa pró-ativa das plataformas petrolíferas que se encontram nas águas jurisdicionais brasileiras, devendo estar em prontidão para responder da maneira necessária a qualquer ameaça proveniente de outro país ou de forças não-convencionais ou criminosas. A preocupação nacional no estabelecimento dessa rede de proteção se estabelece como uma prioridade da política nacional de defesa do governo brasileiro, tendo como objetivo concorrente o uso do mar para fins lícitos (Martins, 2010, p. 87).

Ainda que a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa sejam objeto de críticas por “apresentar diversas inconsistências conceituais e muitas limitações operacionais”, ser considerada “completamente desconectado das relações de força no mundo real, ou desconhecedor das carências orçamentárias brasileiras” e composta por “frases soltas e intenções declaradas, sem que elas possuam, no entanto, uma conexão mais precisa com a realidade sul-americana atual” (Almeida, P., 2010a, p. 1-2; Almeida, P., 2009), ou que as possíveis ameaças ao “tesouro” que guarda o pré-sal não derive de estruturas militares, mas de razões ordem política e econômica (Rudzit & Nogami, 2009, p. 7), o Brasil precisa dispor de capacidade e meios suficientes para defender os seus interesses contra investidas alheias.

Na perspectiva do Contra-Almirante Luiz Henrique Carolli (2010, p. 142), o controle adequado das áreas marítimas exige a presença nessas águas Marinha do Brasil, realizando atividades de patrulha naval por meio de navios com capacidade de permanência e de desenvolver altas velocidades para perseguir, inspecionar e capturar embarcações suspeitas de violar a legislação brasileira, apoio através da aviação baseada em terra, sob o comando da Força Aérea ou da Marinha, ou então por aeronaves embarcadas, ampliaria a capacidade de atuação desses navios. Por outro lado, a necessidade de vigilância das águas jurisdicionais brasileiras exige o aprimoramento da estrutura de Comando e Controle da Marinha Brasileira que atualmente conta com apoio de sistemas como os de Informações sobre o Tráfego Marítimo; de Identificação Automática de Navios; e de Informações e Previsões Ambientais. Apesar disso, o Contra-Almirante Luiz Henrique Carolli (2010, p. 143) adverte que “[...] o monitoramento das águas contribui, mas não garante o efetivo controle de áreas

marítimas e a defesa do patrimônio nacional. Esse controle só será possível com a presença de navios de guerra capazes de proteger o tráfego marítimo, as plataformas de petróleo e os recursos naturais existentes na plataforma continental”.

Um dos maiores desafios para a proteção das abundantes reservas de energia fóssil no país é fazer perceber à elite, à classe política e à sociedade em geral a necessidade de conceber a segurança energética brasileira sob o ponto de vista dos imperativos de ordem militar e de defesa (Carolli, 2010; Teixeira da Silva, 2009;). Na perspectiva de Francisco Carlos Teixeira da Silva (2009), é nítida a presença de algumas razões que conformam esses óbices:

Durante toda a Guerra fria (1947-1991) o Brasil esteve excêntrico aos grandes conflitos internacionais, não participando – em termos de política externa e de defesa – dos grandes eventos políticos, diplomáticos e, mesmo, bélicos internacionais. De certa forma, esta exterioridade do país aos grandes conflitos acabou por gerar um “complexo de ilha”, segundo o qual estaríamos ao largo dos grandes conflitos. Da mesma forma, as pesadas tarefas nacionais – como educação e saúde públicas – imporiam um claro limite com gastos militares. A este sentimento de “ilha”, ao lado de uma falsa garantia de estar ao largo dos conflitos internacionais, somar-se-ia a memória do regime civil-militar no país (1964-1984), quando um grupo de políticos e de membros influentes da sociedade civil assumiram a responsabilidade chamar os militares para administrar autoritariamente o Brasil. Estes três elementos, fortemente presentes no senso comum nacional, explicariam a grande dificuldade de pensar e formular uma política pública de segurança e de defesa.

As orientações e valores que fazem parte do acervo histórico da diplomacia brasileira na sua atuação externa, seja em relações bilaterais, multilaterais ou junto a organizações internacionais, tais como o pacifismo, não-intervencionismo, defesa da igualdade soberana das nações, respeito ao Direito Internacional, apoio às organizações internacionais e o reforço da cooperação intergovernamental, não garante um futuro certo de harmonia e equilíbrio quando o país se tornar um dos maiores produtores mundiais de energia fóssil. Diante de tais incertezas, não é um absurdo afirmar que os recursos energéticos existentes nas águas jurisdicionais brasileiras podem levar a antagonismos em tempos vindouros, o que não significa dizer que o país deva se transformar agora numa máquina de guerra, mas estar preparado para proteger os interesses nacionais. Do mesmo modo, é preciso perceber que os investimentos na Marinha do Brasil podem representar um importante aporte a outros fins, tais como: o avanço da produção naval brasileira, gerando tecnologia, emprego e renda; combate aos crimes transnacionais como o tráfico de armas e droga, bem como os ataques piratas;

ampliação dos meios de socorro em caso de acidentes aéreos ou de embarcações no Atlântico Sul; e, no auxílio em ações que visam conter danos ambientais decorrentes de vazamentos em plataformas de extração de combustível fóssil ou nas embarcações que realizem o seu transporte.

Além disso, a segurança energética brasileira conformada na necessidade de vigilância, controle e defesa das reservas oceânicas de petróleo e gás, seguida do consequente investimento no reforço das forças armadas nacionais, em especial da Marinha, também é uma demanda decorrente da intenção brasileira de ocupar a posição de “global player”, o que a de ser sustentado não apenas no fato do Brasil ser uma das maiores economias do mundo, mas também do seu protagonismo decorrente das suas vastas riquezas naturais e energéticas. A Política Nacional de Defesa reforça a perspectiva de “reformulação e a democratização das instâncias decisórias dos organismos internacionais” e a “solução pacífica de controvérsias”, mas adverte também que “não é prudente conceber um país sem capacidade de defesa compatível com sua estatura e aspirações políticas”. O domínio da produção de um recurso de tamanho valor estratégico implica em crescimento da relevância do país no cenário internacional, o que, em contrapartida, traz como consequência o aumento da sua visibilidade e a imposição de desafios de maior monta para o governo e a sociedade brasileira.

O Ministro da Defesa é o responsável pela coordenação das ações necessárias à Defesa Nacional, e exercerá todos os poderes de direção das Forças Armadas que a Constituição e as leis não reservarem ao Presidente da República. Ao lado daquele ente, outro ator governamental importante é o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, chefiado por um oficial-general de último posto e que contará com a participação dos Chefes dos Estados-Maiores das três Forças. Ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas cumpre a tarefa de construir as iniciativas que efetivarão a unificação doutrinária, estratégica e operacional daquilo que está previsto na Estratégia Nacional de Defesa. O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas será subordinado diretamente ao Ministro da Defesa. Por fim, caberá aos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, no âmbito das suas atribuições, exercer a direção e a gestão da sua respectiva Força, além de ser responsável pela formulação da sua política e doutrina, bem como da preparação dos seus órgãos operativos e de apoio para o cumprimento das atribuições que lhes são constitucionalmente estabelecidas.

3. A DIMENSÃO ECONÔMICA DA SEGURANÇA ENERGÉTICA

A dimensão econômica da segurança energética a se abordada nesta seção do texto envolve as oportunidades e riscos decorrentes das iniciativas internacionais das empresas e do governo brasileiro, relacionadas ao desenvolvimento de negócios para corporações nacionais no mercado mundial de energia. Além de criar oportunidades econômicas externas proveitosas para o Brasil, alguns fatores podem ameaçar a segurança energética nacional, incluindo problemas que vão desde a interrupção do fornecimento de energia ao desequilíbrio da balança de pagamentos e confisco de ativos de empresas brasileiras, causando nítidos impactos aos mais variados setores da atividade econômica brasileira.

O governo brasileiro tem incentivado há algum tempo as empresas nacionais ligadas principalmente ao setor de infraestrutura a expandirem seus negócios no exterior para atuarem em empreendimentos no setor de energia. O objetivo dessas iniciativas é obviamente de criar circunstâncias que impliquem em resultados positivos para o desenvolvimento econômico interno a partir do crescimento das empresas brasileiras. No aspecto mais amplo, segundo Ana Cláudia Alem & Carlos Eduardo Cavalcanti (2005, 72), a necessidade de apoio governamental para políticas de internacionalização das empresas domésticas estão relacionadas ao fortalecimento das empresas nacionais, competitividade, aumento das exportações, geração de divisas e acesso à tecnologia. Além disso, ações dessa natureza também têm o escopo de fomentar esferas de influência nos países fornecedores de energia, gerando condições necessárias para constituir ou reforçar iniciativas comuns no campo da segurança energética. Dessa forma, ao agir nesse sentido o governo brasileiro parece demonstrar que compreende a multiplicidade de enfoques e meios disponíveis na abordagem de questões relacionadas à segurança, tomando-a não apenas como um problema, mas também como um vetor de oportunidades.

As iniciativas dessa natureza se inserem no denominado processo de internacionalização das empresas que consiste “[no] processo pelo qual [a empresa] passa a obter parte ou totalidade de seu faturamento a partir de operações fora de seu país de origem, seja através da exportação ou do licenciamento de produtos e processos produtivos, seja através da realização de investimentos diretos” (Ribeiro & Lima, 2008, p. 8). O processo de internacionalização consiste assim numa mudança de visão

estratégica das empresas, que deixam de atuar unicamente no mercado brasileiro e passam a apresentar uma estratégia de ação voltada para o mercado externo. Alguns dados apresentados pelo Banco Central do Brasil (BC) sobre os investimentos brasileiros diretos no exterior (IBD) demonstram que as aplicações dirigidas ao setor energético têm se destacado, cujo crescimento foi objeto de menção especial no relatório de Capitais Brasileiros no Exterior do BC, ano-base 2011. De acordo com este documento, “[a] extração de petróleo e gás foi o setor que mais se destacou no ano em termos de aumento de relevância, com seu estoque de participação no capital passando de US\$ 6,3 bilhões, em 2010, para US\$ 14,7 bilhões, em 2011” (BC, p. 2).

Os principais entes públicos no Brasil que estão envolvidos nas políticas de investimentos de empresas brasileiras no exterior, segundo Ribeiro & Lima (2008, p. 35), são os seguintes: o Ministério das Relações Exteriores – MRE; a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos – APEX-Brasil; a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; e a Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN, do Ministério da Fazenda. No estudo desenvolvido pelos citados atores, a atuação desses órgãos públicos é caracterizada da seguinte forma:

Os três primeiros demonstram uma nítida preocupação em desenvolver uma visão estratégica para os investimentos brasileiros no exterior, seja em termos do benefício que as empresas brasileiras podem obter com esse processo, seja pelo impacto positivo que os investimentos podem ter sobre os fluxos de comércio exterior do país, seja ainda por quanto os investimentos podem colaborar para a integração regional sulamericana e, mais especificamente com vistas ao tema do presente trabalho, para a maior integração do Brasil com os países andinos. O trabalho do BNDES, por sua vez, relaciona-se basicamente à administração de uma linha de crédito destinada especialmente à realização de investimentos no exterior por parte das empresas brasileiras. Já a Secretaria de Assuntos Internacionais analisa a questão dos investimentos sob o prisma macroeconômico, qual seja, do quanto ele pode colaborar para o crescimento econômico e, mais especificamente, seus impactos sobre o balanço de pagamentos brasileiro. (Ribeiro & Lima, 2008, p. 35-6)

Conforme observam Ana Cláudia Alem & Carlos Eduardo Cavalcanti (2005, p. 69), é preciso estabelecer critérios precisos para a cobrança de desempenho dessas empresas nacionais que recebem apoio a partir de políticas públicas, tais como: aumento das exportações; transferências de tecnologia para o país de origem; importação de insumos; e repatriação de divisas. De qualquer forma, os referidos autores (Alem & Cavalcanti, 2005, p. 69) ressaltam que o estímulo à internacionalização das empresas não beneficia apenas as firmas multinacionais, e deve ser compreendida de maneira

mais ampla, “[...] pois a necessidade de políticas de apoio deliberado à internacionalização se justifica pelos ganhos gerados para o país como um todo a partir do aumento das exportações, geração de divisas e acesso a novas tecnologias”.

Os países da América do Sul são o principal alvo das ações das empresas multinacionais brasileiras para empreendimentos que envolvem a produção e geração de energia, tais como a construção de hidrelétricas e termelétricas, a exploração de minérios e gás, o investimento na indústria transformadora de matéria-prima como refinarias e petroquímicas, bem como a edificação de gasodutos e outras interconexões energéticas (Lohbauer, 2010, p. 118). É importante salientar que as principais empresas brasileiras que atuam nessa área incluem tanto firmas privadas como algumas estatais e ex-estatais, bem como aqueles que têm participação estatal no seu capital que permitem a sua interferência nos processos decisórios, com destaque para os empreendimentos realizados por Petrobras, Eletrobrás, Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Correa (cf. Castro, Rosental & Klagsbrunn, 2011; Ribeiro & Lima, 2008; Iglesias, 2007).

A atuação da Petrobras na América do Sul é a que mais impressiona por incluir nove países e uma diversidade de atividades na área de energia, compondo-se da seguinte forma: na Venezuela participa de atividades de produção petróleo e gás no território deste país; na Colômbia a atuação está focada na exploração, produção e distribuição de combustíveis; no Equador, exerce atividades e negócios de exploração e produção petrolífera, bem como transporte por oleoduto; no Peru ocorre a produção de barris de petróleo e a participação em diversos ativos exploratórios no país; no Chile e no Paraguai a ação restringe-se atualmente à comercialização e distribuição de combustíveis para redes de postos e fornecedores no comércio local; na Bolívia o foco é na exploração, produção, transporte por dutos e por compressão, sendo a maior empresa em atuação no país; na Argentina é uma das maiores empresas na produção de petróleo e gás natural no país, abrangendo a exploração, produção, refino, transporte por dutos, comercialização, distribuição e no setor de energia elétrica; e, no Uruguai destaca-se a distribuição de gás natural, manufaturado e liquefeito de petróleo, e a rede de comercialização combustíveis nos Postos Petrobras³.

O Plano Decenal de Expansão Energética 2020 (2011, p. 58) elenca alguns dos projetos que estão recebendo apoio do governo brasileiro e contam com a participação de empresas brasileiras, como a construção de seis usinas hidrelétricas no Peru, que

³ As informações foram extraídas do sítio internet da empresa, especificamente, o endereço da Petrobras Global (<http://www.petrobras.com>).

totalizam aproximadamente 7 GW de capacidade instalada, com a possibilidade de exportação de energia excedente para o mercado brasileiro através da interligação dos sistemas elétricos a partir do estado de Rondônia. Na Bolívia existe a previsão de implantação em seu território da hidrelétrica Cachoeira Esperança com 800 MW, conformando-se com o complexo das usinas do rio Madeira. Em 7 de março deste ano foi assinado acordo entre o Brasil e a Argentina para a construção de duas usinas binacionais ao longo do rio Uruguai, que serão denominadas de Garabi e Panambi cuja potência máxima prevista é de 2.200 megawatts, cuja construção será pela Eletrobrás e Ebisa (Argentina).

No âmbito da integração sul-americana – considerado um objetivo prioritário de política externa – a segurança energética tem sido um dos principais motes para aproximação dos países da região em inúmeros aspectos, assim como um meio para reforçar o protagonismo brasileiro na região, em razão da sua capacidade técnica, econômica e natural no setor de energia, que é nitidamente superior quando comparada com a maioria dos países do continente (Souza, 2012). De modo concorrente, a segurança energética acaba servindo ainda para outros objetivos prioritários de política externa na região, voltados à ampliação da participação das empresas brasileiras na área de energia, com a pretensão acalentada pelo Brasil de confirmar sua liderança regional e contribuir no mesmo sentido para a sua afirmação no plano global (Araujo, 2012). Uma parte considerável desses objetivos é fomentada no âmbito da Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (IIRSA), que foi concebida como uma forma de integração funcional, voltada a estimular a integração e o desenvolvimento da região. Os membros da IIRSA tem envidado esforços no sentido de melhorar a infraestrutura regional na área de transportes, comunicações e energia, como forma de oferecer condições mais propícias para o aperfeiçoamento da capacidade da cadeia produtiva dos países e sub-regiões, promover condições necessárias para o aumento das exportações sul-americanas e incrementar o aumento do consumo no âmbito dos mercados domésticos e intra-regional (Alves, 2011; Hiratuka & Sarti, 2010).

Conforme esclarece Christian Lohbauer (2010, p.121), as empresas brasileiras no exterior que atuam em projetos vinculados à infraestrutura, em particular na América do Sul, enfrentam como maior desafio aos seus empreendimentos o financiamento dos investimentos a serem realizados e a estabilidade institucional dos países onde investem, o que torna necessário manter boas relações governamentais seja com a burocracia dos países onde se instalam ou com a burocracia brasileira de alto escalão.

Na visão do referido autor (Lohbauer, 2010, p.121), uma vez “Mantidas a ordem institucional e a proximidade com autoridades de governo e formuladores de políticas públicas, estas empresas tem significativa segurança de uma boa performance nos seus investimentos, além de sua proteção”.

A expansão dos negócios brasileiros no setor de energia na América do Sul também parece ser ainda mais promissora, quando se observa que há um cenário político propício à aproximação entre os países da região, dada certa convergência da agenda de seus respectivos governos e da aproximação ideológica dos seus governantes. Nesse sentido, Castro, Rosental & Klagsbrunn (2011, p. 4) afirmam que:

A América do Sul vive uma conjuntura política nunca observada antes em sua história, com a entrada na esfera do poder de representantes de camadas e grupos sociais até então marginalizados das decisões políticas. Isto está levando a uma confluência das políticas nacionais de cada país, no sentido do apoio mútuo a políticas nacionais de rupturas com o *status-quo* econômico em dois planos: melhor distribuição da renda pessoal e desenvolvimento das economias nacionais com vistas a prover suas populações de melhores condições de vida e de trabalho.

Não obstante o cenário pareça ser favorável, houve alguns estremecimentos entre os interesses brasileiros e dois países vizinhos com quem mantêm importantes projetos de integração energética. O primeiro caso refere-se aos estremecimentos nas relações entre Brasil e Bolívia, quando em 1º de maio de 2006, o presidente boliviano Evo Morales decretou a nacionalização do setor de gás e petróleo do país, baseada no referendo de julho de 2004, em que a população decidiu a favor da retomada das reservas por parte do Estado. Com a estatização feita pelo governo da Bolívia, todo o petróleo e gás explorados no território boliviano ficaram sob o controle da estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB). A ação de nacionalização tomou grande atenção em todo o mundo devido à ocupação militar das refinarias, inclusive as da Petrobras, que é a empresa que mais espaço ocupa no mercado energético boliviano. As conversações entre os representantes dos dois governos conseguiram superar os problemas derivados da nacionalização, e o governo brasileiro negociou também o aumento do preço do gás importado aumentando em cerca de US\$ 100 milhões o valor pago anualmente, o que resultou na manutenção do fornecimento e da relação harmônica entre os países (Paiva, 2011, p. 10-11).

O outro caso envolve o projeto binacional da Usina Hidrelétrica de Itaipu localizada na fronteira do Brasil e Paraguai, utilizando as águas do Rio Paraná. Após

assumir a presidência no Paraguai em 2008, Fernando Lugo exigiu que fossem revistos os valores pagos pelo Brasil pela energia importada de Itaipu, o que levou a um processo de negociação que durou cerca de um ano, terminando em um acordo firmado no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva em 2009. Conforme o acordo firmado entre os dois países, o Brasil passaria a pagar cerca de US\$ 360 milhões anuais pela energia que corresponde ao Paraguai na usina de Itaipu Binacional, aumentando significativamente em relação ao valor anterior que era de US\$ 120 milhões. O acordo ainda não entrou em vigor em razão do congresso brasileiro ainda não ter ratificado o tratado que estabeleceu o reajuste, o que já ocorreu por parte do congresso paraguaio (Paiva, 2011, p. 11).

Os eventos ora expostos evidenciam que os países sul-americanos não ignoram a grandeza do Brasil, e por isso não desejam que as relações na região privilegiem apenas o aumento das capacidades do mais forte em detrimento da vulnerabilidade dos mais fracos. O expansionismo das empresas brasileiras na América do Sul deve considerar a possibilidade de descontentamento dos demais países em razão de uma possível percepção de ação “imperialista” do Brasil na região (Souza, 2011; Luce, 2007). Nas palavras de Castro, Rosental & Klagsbrunn (2011, p. 13), a política deve exercer um papel importante nos meandros das relações econômicas:

É a política que deve prever e evitar que uma dependência mútua se transforme em um forte favorecimento do país economicamente mais forte. Se deixarmos apenas que as condições econômicas imperem, sai sempre ganhando a parte mais forte. Contra uma forte pressão da grande imprensa no país, o governo brasileiro tem reconhecido a necessidade de dar contrapartidas justas aos países limítrofes em suas ações na região. Mas deve-se sublinhar que só uma posição decidida e serena dos governos parceiros é que vai levar a que essas maiores contrapartidas ocorram.

Caso não haja habilidade suficiente por parte do Brasil em contrabalançar suas investidas com compensações, principalmente em proveito do desenvolvimento dos países receptores, podem ocorrer instabilidades político-econômicas na região, com repercussões diretas na segurança energética brasileira e regional. Nesse sentido, o correto talvez seja fazer como propõe Angelita Matos Souza (2011, p. 3) ao afirmar que “[...] a reação ao ‘imperialismo’ brasileiro da parte dos países receptores de investimentos - como ocorre na Bolívia - e a concorrência asiática podem contribuir para a integração baseada na cooperação/solidariedade, limitando a tendência à exploração”.

4. A DIMENSÃO AMBIENTAL DA SEGURANÇA ENERGÉTICA

Um relatório produzido no âmbito do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (ROGNER et. al., 2007, p. 97) confirma que o modelo de desenvolvimento fomentado no presente resulta em sérios custos ambientais, com a exploração cada vez maior de recursos naturais e a emissão de poluentes nos ecossistemas rurais e urbanos, numa amplitude local, regional e global. Deste modo, torna-se necessário realizar ações concretas para dar solução ao aumento da concentração de dióxido de carbono (CO₂) e outros gases de efeito estufa na atmosfera, decorrente sobretudo da queima de combustíveis fósseis – com destaque para o petróleo – que contribuem para elevar as temperaturas globais e agravar as mudanças climáticas (ROGNER et. al., 2007; IEA, 2007). Na esfera internacional, a pressão dos países desenvolvidos e entidades ambientais têm sido fortes contra os países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, mas especialmente contra a China e a Índia, em razão do grande impacto ambiental que o crescimento desses países tem gerado, principalmente em razão do aumento do consumo de combustíveis fósseis.

De acordo com os dados apresentados no Balanço Energético Nacional 2011 (EPE, p. 8), a matriz energética brasileira apresenta um elevado índice de participação de fontes renováveis, tendo no ano de 2010 atingindo a marca de 45,4%. Contudo, o crescimento econômico brasileiro tem impulsionado o maior consumo de energia, registrando alta na utilização de fontes não-renováveis em comparação com as fontes renováveis. Segundo os números do Balanço Energético Nacional 2011 (EPE, p. 9), o ano de 2010 registrou-se um acréscimo de 9,1% em 2010 na produção de energia elétrica, sendo registrado um aumento de 48,2% na geração através de fontes não renováveis, em relação ao ano de 2009, com destaque para a ampliação da participação do gás natural (+139,4%) e derivados de petróleo (+17,0%). Ainda de acordo com o Balanço Energético Nacional 2011 (EPE, p. 9), um dado importante sobre os números da produção de energia elétrica no ano de 2010 revelam a elevação considerável da participação de recursos fósseis nas usinas termelétricas, o que representou diminuição no montante de eletricidade de origem renovável de 87,1% em 2010, contra 90,5% em 2009. O impacto do crescimento econômico brasileiro também traz reflexos na sua demanda por fontes primárias de abastecimento energético. De acordo com estudo

elaborado pelo Ministério de Minas e Energia (MME/EPE, 2007), entre 2005 e 2030 o consumo total de gás natural no Brasil deve aumentar em mais de 350%. No mesmo período, o consumo final de energia a partir de derivados do petróleo tem perspectiva de crescimento superior a 100%, permanecendo na liderança entre as fontes empregadas no consumo de energia no país (MME/EPE, 2007).

O ponto que pode ser considerado como mais relevante sobre a caracterização da agenda ambiental da segurança energética brasileira no plano externo, é o fato dela nitidamente extrapolar as discussões centradas em temas estritamente relacionados à proteção dos ecossistemas naturais e humanos, ou seja, em assuntos como o custo ambiental da utilização de combustíveis fósseis, a exploração cada vez maior de recursos naturais e a emissão de poluentes nos ecossistemas rurais e urbanos. Além de se ater a essas temáticas, Iure Paiva (2009, p. 127) ressalta que a pauta de interesses e objetivos que norteiam a atuação internacional brasileira em matéria ambiental está relacionada a outras duas premissas que comumente compõem o discurso dos demais países em desenvolvimento nessa área, cujo objetivo fundamental é incorporar uma agenda de debates sobre (1) promoção do desenvolvimento nacional e (2) mudanças no sistema de relações econômicas internacionais. A primeira premissa consistiria em evidenciar que a busca pela elevação dos níveis de proteção ambiental dever servir como um instrumento que atue em favor do desenvolvimento e crescimento nacional, e não um meio para impor limites a sua consecução. A segunda premissa consistiria em destacar que nas discussões e iniciativas sobre questões ambientais é necessário abordar as possíveis formas de promover a maior inserção dos países em desenvolvimento no cenário econômico internacional, tendo em vista que isso provavelmente geraria divisões para o tratamento de questões ligadas à exploração de recursos naturais e à poluição ambiental, por exemplo. Na perspectiva de Darc Costa (2009, p. 5), a inclusão dos países não-desenvolvidos como protagonistas na ordem energética internacional é um ponto de distensão nas relações Norte e Sul:

Um dos fatos mais importantes dos vinte últimos anos, no cenário mundial, foi a desarticulação sucessiva de todas essas aproximações dos semiperiféricos ao centro (na América Latina no início da década de 1980, no leste da Europa no fim da mesma década, entre os tigres asiáticos na década de 1990), com a exceção — pelo menos, por enquanto — da China, cujo surto de crescimento acelerado é recente. Essa desarticulação teve várias causas, mas, uma das mais relevantes, sem dúvida, tem a ver com o contingenciamento da geração de energia nos países semiperiféricos, que foi causada nesses países tanto pela quebra dos modelos de financiamento que

suportavam a expansão energética quanto pela criação de barreiras ecológicas ao aumento da oferta energética.

Vale ressaltar que isso não significa que a agenda brasileira de debates e iniciativas nesse domínio não considere os efeitos negativos decorrentes do uso de derivados do petróleo e a busca por fontes alternativas de energia que sejam renováveis, menos poluentes e menos intensiva no uso de recursos naturais. Na verdade, a intenção do Brasil, e dos demais países não-desenvolvidos, seria evitar que os países desenvolvidos tentassem controlar o seu desenvolvimento doméstico e sua inserção internacional com fundamento em justificativas ambientais, impondo restrições elevadas à produção e ao consumo de energia em favor da preservação dos recursos naturais e dos níveis de qualidade de vida de suas populações. As palavras de Philippe Le Prestre (2000, p. 253) são bem esclarecedoras, quando assevera que “O discurso dos Estados industrializados e das ONGs do Norte, dirigido aos países em desenvolvimento, denuncia a exploração inconsiderada de seus recursos naturais e parece sempre por em causa três objetivos fundamentais dos países pobres: o crescimento, o bem-estar das populações e o fortalecimento do Estado”.

É possível verificar que as discussões sobre biocombustíveis em diversas arenas institucionais internacionais têm sido utilizadas pelo governo brasileiro, para tratar não apenas de questões relacionadas à necessidade de incentivar fontes alternativas e sustentáveis de energia, mas também como espaço estratégico para reivindicar mudanças no sistema de relações econômicas internacionais, denunciando suas heterogeneidades e desequilíbrios, que acabam obstruindo o desenvolvimento de alguns países (Sachs, 2005; Medeiros, 2009; Paiva, 2009). As palavras proferidas pelo ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva, na reunião de Alto Nível da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) sobre Segurança Alimentar, Mudanças Climáticas e Bioenergia, no dia 3 de junho de 2008, em Roma-Itália, ao defender a produção brasileira de etanol, dirigiu duras críticas contra os subsídios e o protecionismo praticado pelos países desenvolvidos:

Vejo com indignação que muitos dos dedos apontados contra a energia limpa dos biocombustíveis estão sujos de óleo e de carvão. Vejo com desolação que muitos dos que responsabilizam o etanol – inclusive o etanol da cana-de-açúcar – pelo alto preço dos alimentos são os mesmos que há décadas mantêm políticas protecionistas, em prejuízo dos agricultores dos países mais pobres e dos consumidores de todo o mundo. [...]

A globalização, que se instalou de maneira tão ampla na indústria, precisa chegar à agricultura [...]

Não sou favorável a que se produza etanol a partir de alimentos, como no caso do milho e outros. Não acredito que alguém vá querer encher o tanque do seu carro com combustível, se para isso tiver de ficar de estômago vazio. Por outro lado, é evidente que o etanol do milho só consegue competir com o etanol de cana quando é anabolizado por subsídios e protegido por barreiras tarifárias.

É por isso que há quem diga que o etanol é como o colesterol. Há o bom etanol e o mau etanol. O bom etanol ajuda a despoluir o planeta e é competitivo. O mau etanol depende das gorduras dos subsídios.

A dimensão ambiental da agenda de segurança energética brasileira no plano externo é caracterizada assim pela reivindicação de que o debate sobre energia seja conformada em consonância com os requisitos do desenvolvimento econômico, social e ambiental em condições equivalentes, e que favoreça a inserção da periferia de forma mais equânime, justa e solidária. Além disso, como bem observa Daniela Marques Medeiros (2009, p. 7), “O contexto de insegurança energética e aquecimento global tem sido utilizado pelo Brasil para articular sua política energética e inserção internacional. Dentre as principais estratégias brasileiras nos setores está a transformação do etanol em commodity energética, buscando promover alterações na matriz energética mundial”.

A dimensão ambiental da segurança energética acaba sendo também um vetor de coalizões no domínio da cooperação Sul-Sul, que procura materializar interesses que vão além da ampliação dos benefícios econômicos individuais, já que seus integrantes afirmam compartilhar de uma identidade comum e atuarem em prol de uma ordem social e econômica mais “justa” e “igualitária”. A agenda da segurança energética brasileira certamente se insere e incorpora tal orientação em questões ambientais, como pode ser percebida nas posições comuns que os países emergentes frequentemente têm sustentado sobre a responsabilidade comum e diferenciada desse grupo de nações, no que se refere ao debate sobre o consumo de combustíveis fósseis e os seus impactos nas mudanças climáticas (Scholz, 2011; IPEA, 2010, p. 181-226; Viola, Barros-Platiau & Leis, 2008). Conforme ressalta Imme Scholz (2011, p. 14), o Brasil, a China, a Índia e a África do Sul fazem parte do grupo BASIC, “[...] que se reúne regularmente desde 2009, para definir bases e ações conjuntas na política do clima”, que, embora possuam algumas divergências sobre questões específicas, formam um grupo que sustenta posições comuns para reduzir as suas emissões de gases estufa. Conforme observa Paulo Roberto de Almeida (2010b, p. 131), iniciativas como o BRIC “[...] se bem sucedido em seus mecanismos de consulta e de cooperação política, bem como na coordenação quadripartite das posições de seus integrantes em foros multilaterais e nos

de governança mais restrita, pode representar maior potencial transformador, maior impacto econômico e maior capacidade de influência no ordenamento global”.

Ao analisar os acordos bilaterais e multilaterais estabelecidos pelo Brasil na área de energia, Iure Paiva (2008, p. 10-11) ressalta que os principais órgãos federais que participam da construção da agenda nessa dimensão específica são o Ministério das Relações Exteriores, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério de Ciência e Tecnologia e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e a Casa Civil da Presidência da República. De acordo com o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior tem a tarefa de quantificar o mercados potencial externo para exportação de biodiesel, com avaliações de oportunidade nos Estados Unidos, Comunidade Européia, Ásia, Mercosul e outros mercados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal intenção deste texto foi apresentar inicialmente uma concepção não-tradicional do conceito de segurança, principalmente, a partir das peculiaridades que envolvem a sua compreensão quando confrontado com a questão energética. A segurança energética para ser devidamente compreendida exige segundo visão multidimensional, que leve em consideração diferentes contextos e atores, o que permite evidenciar a amplitude de temáticas que a questão envolve, bem como a diversidade de problemas e soluções que exigem respostas da iniciativa privada, da sociedade, dos governos nacionais e das organizações internacionais.

A condição da energia como fator fundamental na infra-estrutura produtiva, comercial e de consumo da sociedade, influenciando políticas de governo e intergovernamentais, bem como estratégias de negócio e o estilo de vida privado e coletivo versados contemporaneamente, impele a uma visão ampliada da segurança envolvendo múltiplas questões que superam a perspectiva enviesada do militarismo e do uso da força.

A segurança energética brasileira, da forma como foi exposto nas páginas acima, também pode ser compreendida a partir desse viés multidimensional, o que significa que sua melhor compreensão ocorrerá na medida em que essa fórmula de abordagem for

empregada, sendo possível identificar essas diferentes facetas que norteiam os objetivos e interesses nesse universo de atuação de entes públicos e privados.

É preciso ressaltar, porém, que a análise não-tradicional da segurança realizada neste texto teve como foco a análise multissetorial, no sentido de apresentar pontos de vista em relação à segurança através da lente de um tipo particular de relacionamento e atividade, tais como o militar, econômico e ambiental. Dessa forma, o presente texto expõe apenas um aspecto específico da análise não-tradicional da segurança, havendo outros que merecem ser igualmente examinados para se ter uma perspectiva mais ampla e precisa sobre a segurança energética.

Nesse caso, é preciso, por exemplo, aprofundar a investigação sobre o sujeito da proteção nos debates sobre segurança, ou seja, saber “a quem” ou “o que” se pretende proteger (objeto de referência). Trata-se de discutir o aprofundamento da agenda dos estudos sobre segurança energética considerando como sujeito da segurança (o que deve ser protegido) não somente o Estado, mas também os seres humanos, o meio ambiente, as sociedades e a ordem internacional (regional ou global), incorporando assim às perspectivas analíticas, por exemplo, da segurança humana, segurança societal e segurança ambiental.

Do mesmo modo, deve-se proceder a uma investigação sobre a segurança a partir dos diferentes níveis de análises envolvendo os indivíduos, os Estados e os sistemas internacionais (este, tanto no âmbito regional ou do sistema como um todo). A segurança energética certamente apresentará características distintivas conforme se desenvolva uma análise no plano de regimes internacionais multilaterais (Agência Internacional de Energia ou Organização dos Países Exportadores de Petróleo), em processos de integração regional (União Europeia ou Unasul) ou a realidade comparada de grupos de países em condições semelhantes (países emergentes como Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul).

O desafio que se impõe não é apenas de criar novas fórmulas analíticas, mas encontrar respostas adequadas para os múltiplos dilemas e problemas que a ordem energética internacional enfrenta hodiernamente, em especial, a superação das dificuldades pelo Brasil em confronto com essa temática particular, de modo que seja possível assim haver meios para fomentar o seu desenvolvimento interno e sua adequada e proveitosa inserção no plano internacional.

REFERÊNCIAS

ALDEN, Chris; LARGE, Dan; OLIVEIRA, Ricardo Soares de. **China Returns to Africa: A Continent and a Rising Power Embrace**. London and New York: Hurst Publishers and Columbia University Press, 2008.

ALEM, Ana Cláudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: algumas reflexões. **Revista do BNDES**, Vol. 12, n. 24, Dezembro, p. 42 – 76, 2005.

ALMEIDA, Carlos Wellington de. “Política de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas”, **Opinião Pública** - 2010, vol.16, n.1, pp. 220-250.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **A Estratégia Nacional de Defesa e a Unasul: afinidades pouco eletivas**, Anais da IV ENABED, Brasília 2010a; Seção Temática 5: A Comunidade Sul-Americana na Área dos Estudos Estratégicos.

_____. “O Bric e a substituição de hegemonias: um exercício analítico (perspectiva histórico-diplomática sobre a emergência de um novo cenário global)”. In: Baumann, Renato (org.). **O Brasil e os demais BRICs – Comércio e Política**. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2010b, p. 131-144.

_____. “Estratégia Nacional de Defesa: comentários dissidentes”, **Meridiano 47**, n. 104, março de 2009, p. 5-9.

ALVES, Rodrigo Maschion. “O investimento externo direto brasileiro: a América do Sul enquanto destino estratégico”, **Meridiano 47**, vol. 12, n. 127, set.-out. 2011, p. 25 a 35.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis - 2011**. Rio de Janeiro: ANP, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC). **Capitais Brasileiros no Exterior (CBE) – Ano-Base 2011**. Brasília: BC, 2012. Consultado em: 25/04/2012. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/rex/CBE/Port/ResultadoCBE2011p.pdf>>. Acesso em: 10/05/2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. “A Importância Geopolítica da América do Sul na Estratégia dos Estados Unidos”, **Revista da Escola Superior de Guerra**, v.24, n.50, p. 7-35, jul/dez. 2008.

BARRACHINA, Carlos; RIAL, Juan. "Los Ministerios de Defensa en América Latina y las consecuencias de la multidimensionalidad de las amenazas", **América Latina Hoy**, 42, abril 2006, pp. 131-159.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**, aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008.

_____. **Política de Defesa Nacional**, aprovado pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005.

BIELECKI, J.” Energy security: is the wolf at the door?” **The Quarterly Review of Economics and Finance**, 42 (2002) 235–250.

BRAITHWAITE, Alex. “The geographic spread of militarized disputes” **Journal of Peace Research**, 43, 5 (2006), 507-522.

BRAUCH, Hans Günter et al (eds.) **Coping with Global Environmental Change, Disasters and Security** – Threats, Challenges, Vulnerabilities and Risks. Hexagon Series on Human and Environmental Security and Peace, vol. 5. Berlin, Heidelberg, New York: Springer-Verlag, 2011.

BUZAN, Barry. **People, States and fear: An agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era**, London: Harvester Wheatsheaf, 2008.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder, CO: Lynne Rienner, 1998.

CAROLLI, Luiz Henrique. “A Importância Estratégica do Mar para o Brasil no Século XXI”, **Cadernos de Estudos Estratégicos**, n. 09 (jul. 2010), p. 118-158.

CASTRO, Nivalde José de; ROSENTAL, Rubens; KLAGSBRUNN, Victor Hugo. **Perspectivas e Desafios Econômicos e Políticos da Integração Energética na América do Sul e o papel das empresas estatais**. Texto de Discussão do Setor Elétrico n.º 27, Grupo de Estudos do Setor Elétrico – UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

CIUTĂ, Felix. “Conceptual Notes on Energy Security: Total or Banal Security?”, **Security Dialogue**, vol. 41, no. 2, April 2010, p. 123-144.

CORRELJE, Aad; LINDE, Coby van der. “Energy supply security and geopolitics: A European perspective”, **Energy Policy** 34 (2006) 532–543.

COSTA, Darc. “**A estratégia nacional e a energia**”. Centro de Estudos Estratégicos, Leituras, 2009. Disponível em: www.esg.br/uploads/2009/03/darc5.pdf. Consultado em: 15/05/2012.

DALBY, Simon. “Exorcising Malthus’s ghost: resources and security in global politics”, **Geopolitics**, 9, 1 (2004), 242-254.

_____. “Jousting with Malthus’ ghost: Environment and conflict after the cold war”, **Geopolitics**, 5, 1 (2000), 165-175.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). **Balanco Energético Nacional 2011 – Ano base 2010: Resultados Preliminares**. Rio de Janeiro: EPE, 2011.

GLEDITSCH, Nils Petter. “Armed Conflict and The Environment: A Critique of the Literature” **Journal of Peace Research**, 35, 3 (1998), 381-400.

HAFTENDORN, Helga. “The Security Puzzle: Theory-Building and Discipline-Building in International Security”. **International Studies Quarterly**, Vol. 35, No. 1 (Mar., 1991), pp. 3-17.

HIRATUKA, C. e SARTI, F. **Investimento direto e internacionalização de empresas brasileiras no período recente**. Livro 3, volumen 2 – Inserção Internacional Brasileira: temas de economia internacional. Ipea, Brasília, 2010.

IGLESIAS, Roberto. **Os interesses empresariais brasileiros na América do Sul: Investimentos diretos no exterior**. Brasília: CNI, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Inserção internacional brasileira: temas de política externa**. Brasília: Ipea, 2010. v.1.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). **World Energy Outlook 2007: China and India Insights**. OECD/IEA: Paris, 2007.

KLARE, Michael. **Rising powers, shrinking planet: The new geopolitics of energy**. New York: Metropolitan Books, 2009.

KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C. “Broadening the Agenda of Security Studies: Politics and Methods” **Mershon International Studies Review**, Vol. 40, No. 2 (Oct., 1996), pp. 229-254.

LARGE, Daniel. “China’s Sudan engagement: changing Northern and Southern political trajectories in peace and war”, **The China Quarterly**, 199 (September 2009), pp. 610-626.

LE PRESTRE, Philippe. **Ecopolítica internacional**. São Paulo: Senac, 2000.

LOHBAUER, Christian. “Atuação de empresas brasileiras nos países vizinhos: construindo infraestrutura ou consolidando a dependência?”, **Cadernos Adenauer**, Nº 4 de 2010, p. 115-124.

LUCE, Mathias Seibel. **O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)**. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2007.

MCDONALD, Patrick J. “The purse strings of peace”, **American Journal of Political Science**, 51, 3 (2007), 569-582.

MARTINS, Eliane Octaviano. “Amazônia Azul, Pré-Sal, soberania e jurisdição marítima”, **Revista CEJ**, Brasília, Ano XIV, n. 50, p. 83-88, jul./set. 2010.

MEDEIROS, Daniela Marques. **O etanol e o petróleo no processo de inserção internacional do Brasil no governo Lula**. Anais do II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas” (UNESP, UNICAMP e PUC/SP), 2009.

METRI, Paulo. “Pré-Sal: riqueza, poder e discórdia”, **Tensões Mundiais**, v. 5, n. 9 (2009), p. 141-165.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME) & EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). **Plano Decenal de Expansão de Energia 2020**. Brasília: MME/EPE, 2011.

_____. **Plano Nacional de Energia 2030**. Brasília: MME: EPE, 2007.

MORSE, Edward L.; RICHARD, James, “The Battle for Energy Dominance”, **Foreign Affairs** 81(2): 1–9, 2002.

NERLICH, Uwe. ”Energy Security or a New Globalization of Conflicts? Oil and Gas in Evolving New Power Structures”, **Strategic Insights**, Volume VII, Issue 1 (February 2008).

PAIVA, Iure. **Comparative Analyze of Energy Integration Initiatives of Foreign Policy from Brazil, China and India**. Anais da Conferência 2011 IPSA/ECPR, São Paulo 2011; Painel: Remapping Global Energy Relations.

_____. “A temática ambiental como promotora de mudanças no sistema de relações econômicas internacionais: a hora e a vez dos biocombustíveis”, **Revista Dataveni@** (UEPB), v. 1, p. 1-20, 2009.

_____. **Acordos de cooperação internacional como estratégia da política externa brasileira para a promoção do mercado de biocombustível nacional**. IV Seminário de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco. 19 a 21 de novembro de 2008. Disponível em: <www.seminariopolitica.t5.com.br>. Acesso em: 10 de abril de 2012.

RATNER , Michael, (Coord.); BELKIN, Paul; NICHOL, Jim; WOEHREL, Steven. **Europe’s Energy Security: Options and Challenges to Natural Gas Supply Diversification**. Congressional Research Service Report R42405, 2012.

ROGNER, H.-H. et. al. “Introduction”. In: **Climate Change 2007: Mitigation**. Contribution of Working Group III to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [B. Metz, O.R. Davidson, P.R. Bosch, R. Dave, L.A. Meyer (eds)], Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA. <http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/wg3/ar4-wg3-chapter1.pdf>

RIBEIRO Fernando; LIMA, Raquel Casado. **Investimentos brasileiros na América do Sul: desempenho, estratégias e políticas – Relatório Final**. Swiss Agency for Development and Cooperation – SDC & Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior – Funcex, julho de 2008.

RUDZIT, Gunther; NOGAMI, Otto. “Pré-sal e suas ameaças: imaginárias e reais”, **Meridiano 47**, n. 111, out. 2009, p. 5 a 8.

SACHS, Ignacy. Da civilização do petróleo a uma nova civilização verde. **Estudos Avançados**, 19 (55), 2005, p. 197-214.

SHINODA, Hideaki. “The Concept of Human Security: Historical and Theoretical Implications”. In: SHINODA, H.; JEONG, W. H. (eds.). **Conflict and Human Security: A Search for New Approaches of Peace-building**. IPSHU English Research Report Series No.19, 2004. Institute for Peace Science, Hiroshima University, p. 5-22.

SOUZA, Angelita Matos. “Expansionismo brasileiro e subimperialismo”, **Boletim Meridiano 47**, vol. 13, n. 130, mar.-abr. 2012. p. 8 a 13.

_____. **Desenvolvimento, expansionismo e integração regional**, 11/2011, II Conferência do Desenvolvimento (CODE-IPEA), Vol. 1, pp.1-19, Brasília, DF, Brasil, 2011

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. “O Programa de Reaparelhamento das Forças Armadas do Brasil”, **Revista Eletrônica Boletim do TEMPO**, Ano 4, Nº35, Rio, 2009. Disponível em: www.esg.br/uploads/2009/03/darc5.pdf. Consultado em: 15/05/2012.

VAZ, Alcides Costa. “O Atlântico Sul nas perspectivas estratégicas de Brasil, Argentina e África do Sul”, **Boletim de economia e política internacional**, n.1, jan./mar. 2010, p. 63-68.

VIOLA, Eduardo; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; LEIS, Hector Ricardo. *Governança e Segurança Climática na América do Sul*. São Paulo, Brasil, e Santiago de Chile: IFHC/CIEPLAN. 2008.

WALT, Stephen M. “The Renaissance of Security Studies”, **International Studies Quarterly**, Vol. 35, No. 2 (Jun., 1991), pp. 211-239.

WALTZ, Kenneth N. “Structural Realism after the Cold War”, **International Security**, 25:1, 2000, 5–41.